



SME SÃO LEOPOLDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO
LEOPOLDO - RIO GRANDE DO SUL - RS

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

CÓD: OP-120FV-26
7908403589104

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Tipologia textual e gêneros textuais	12
3. Variedade de textos e adequação de linguagem	13
4. Figuras e funções da linguagem	13
5. Estruturação do texto e dos parágrafos	17
6. Informações literais e inferências	18
7. Análise global do texto ; Coesão e coerência textual	18
8. Ortografia oficial	19
9. Relações entre fonemas e grafias	24
10. Acentuação gráfica	26
11. Morfologia; Classes de palavras e seu emprego; Colocação pronominal	33
12. Flexões de palavras	40
13. Significação de palavras e expressões	42
14. Estrutura e formação de palavras	43
15. Estruturas sintáticas; Processos de coordenação e subordinação	44
16. Concordância nominal e verbal	46
17. Concordância nominal e verbal	46
18. Regência verbal e nominal	50
19. Equivalência e transformação de estruturas	52
20. Discurso direto e indireto	53
21. Crase	56
22. Pontuação	59

Raciocínio Lógico / Matemática

1. Resolução de problemas de raciocínio matemático: Operações entre números reais	81
2. Teoria dos conjuntos	83
3. Grandezas diretamente proporcionais e grandezas inversamente proporcionais. Razão e Proporção	85
4. Regra de três simples e composta	86
5. Porcentagem	88
6. Juros simples e compostos	90
7. Resolução de equações polinomiais do 1º e 2º grau	92
8. Cálculos estatísticos. Média, Moda e Mediana	94
9. Análise e interpretação de gráficos e tabelas	95
10. Sistema de medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades e transformação de unidades)	98
11. Resolução de problemas de raciocínio lógico: Sentenças abertas; proposições lógicas simples e compostas; conectivos lógicos (conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional e bicondicional); negações; número de linhas de uma tabela-verdade; valores lógicos das proposições e construção e interpretação de tabelas-verdade	101
12. Raciocínio sequencial, dedução	107
13. Associação entre elementos (pessoas, objetos, lugares, eventos)	108

ÍNDICE

Fundamentos da Educação

1. Avaliação escolar e tipos de avaliação	161
2. Processo ensino e aprendizagem.....	167
3. Currículo e planejamento da ação educativa.....	172
4. Psicologia da educação	180
5. Psicologia infantil	182
6. Neurociências e Educação	188
7. História da educação.....	195
8. Aspectos filosóficos e sociológicos da educação	202
9. Teorias de aprendizagem e tendências pedagógicas	206
10. Gestão da aprendizagem em sala de aula.....	207
11. Didática do Educador Contemporâneo e Planejamento da ação educativa	216
12. Multidisciplinaridade; Pluridisciplinaridade; Transdisciplinaridade; Interdisciplinaridade	220
13. Educação Inclusiva	221
14. Diversidade e Direitos Humanos.....	228
15. Educação Ambiental	230
16. Educação para as relações étnicoraciais	231
17. Relação entre educação e saúde	235
18. Mediação da aprendizagem e didática	236
19. Metodologias Ativas	243
20. Desafios da educação contemporânea	243
21. Escola do futuro: perspectivas e tendências.....	244
22. Projeto Político Pedagógico	245
23. Regimento escolar	246
24. Gestão democrática; Gestão educacional.....	250
25. Políticas educacionais	254
26. Formação docente	260
27. Temas contemporâneos transversais.....	269
28. Temas contemporâneos em educação	275
29. Avaliação por competências; Aprendizagem por competências.....	291
30. Educação na era digital	293
31. Cultura Digital	301
32. Cidadania Digital	303

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos Professor de Geografia

1. História do pensamento geográfico	1
2. Epistemologia da Geografia	5
3. Conceitos fundamentais da Geografia: espaço, lugar, território, região, paisagem e ambiente	8
4. A representação do espaço geográfico e suas leituras; Mapas, cartografia e geotecnologias	12
5. Elementos de Astronomia.....	28
6. Geologia e Geomorfologia	31
7. Estruturas e formas do relevo; Climatologia e Domínios Morfoclimáticos; Biomas e formações vegetais	49
8. A questão do meio ambiente.....	82
9. Fontes de Energia.....	84
10. Território e sociedade	86
11. Dinâmica da população; Crescimento, características e mobilidade populacional	89
12. Diversidade cultural e étnica.....	96
13. O espaço urbano; Urbanização e metropolização: disparidades socioespaciais	98
14. A estruturação do espaço, suas características e desigualdades socioeconômicas.....	102
15. Geografia Econômica	103
16. O espaço da globalização e seus fluxos; O desenvolvimento do capitalismo	104
17. A produção Industrial: evolução e a mobilidade do trabalho e do capital; O Espaço rural: estruturação e a questão agrária	106
18. Os blocos econômicos; A ordem internacional.....	123
19. A questão das fronteiras	129
20. Regionalização do espaço mundial	134
21. Comunicações e transportes.....	147
22. Ensino de Geografia e contexto escolar	160
23. Base Nacional Comum Curricular para o ensino de Geografia	160

Material Digital Informática

1. Fundamentos de Informática e Tecnologias Digitais: Conceitos básicos de hardware e software	4
2. Sistemas operacionais: Windows e Linux – princípios, navegação, gerenciamento de arquivos e configurações básicas ..	5
3. Noções de computação na nuvem: Google Drive, OneDrive e ambientes de armazenamento online	10
4. Softwares antivírus: conceitos, prevenção e boas práticas de segurança digital. Conceitos básicos sobre vírus, malwares e cibersegurança escolar.....	11
5. Conhecimentos sobre Microsoft Office (versões mais atuais ou Microsoft 365): Word, Excel, PowerPoint, Outlook – funcionalidades essenciais no ambiente escolar	12
6. Ferramentas colaborativas: Google Docs, Google Planilhas, Google Apresentações, Google Formulários. Aplicações práticas no contexto escolar: produção de materiais didáticos, organização de atividades e relatórios	20
7. Internet e intranet: conceitos, funcionamento e aplicações na escola. Navegação segura: boas práticas, proteção de dados, combate à desinformação. motores de busca. Noções de conectividade: redes Wi- Fi, roteadores e dispositivos móveis em contextos educacionais	23

ÍNDICE

1. Serviços de internet: e-mail e grupos de discussão	28
2. Tecnologia Educacional: Ferramentas e recursos digitais que apoiam o ensino e aprendizagem. Uso de recursos digitais no planejamento e execução de aulas: apresentações, jogos educativos, objetos digitais de aprendizagem (ODAs). Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA): Moodle, Google Classroom e similares. Softwares e aplicativos educacionais: Kahoot, Canva, Scratch, Educaplay, Genially, Wordwall, Padlet entre outros. Realidade Virtual e Realidade Aumentada na Educação. plataformas educacionais online	31
3. Computação plugada e desplugada. Fundamentos do pensamento computacional: decomposição, reconhecimento de padrões, abstração e algoritmos. Introdução à lógica de programação aplicada à educação. Uso de ferramentas e plataformas visuais voltadas ao público infantojuvenil. Noções básicas de robótica educacional e cultura maker	35
4. Conceitos e aplicações da Inteligência Artificial no contexto educacional. Noções sobre LGPD e Inteligência Artificial: consentimento, transparência e proteção de dados pessoais	39
5. Cidadania digital e combate ao cyberbullying. Tecnologias Assistivas	40

Legislação

1. Constituição Federal	46
2. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	75
3. Lei Federal 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	116
4. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	136
5. Decreto Federal nº 11.556/2023 - Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	136
6. Lei Federal nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	140
7. Decreto nº 6.286/2007 - Institui o Programa Saúde na Escola – PSE	158
8. Lei nº 11.947/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica	159
9. Lei nº 14.113/2020 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	165
10. Lei Federal 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	179
11. Lei Federal 13.257/2016 - Marco legal da primeira infância	219
12. Decreto Federal 12.686/2025 - Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva	225
13. Lei Orgânica Municipal	229
14. Lei Municipal nº 6.055/2006 - Dispõe Sobre o Regime Jurídico e o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Leopoldo e dá Outras Providências	256
15. Lei Municipal Nº 6.573/2008 - Estabelece o Plano de Cargos e Carreiras dos Trabalhadores em Educação - Docentes, Institui o Respectivo Quadro de Cargos e dá Outras Providências	274
16. Lei Municipal nº 7.215/2010 - Dispõe Sobre o Desenvolvimento de Política “Antibullying” por Instituições de Ensino e de Educação Infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos	284
17. Lei Municipal nº 8.291/2015 - Aprova o Plano Municipal de Educação de São Leopoldo e dá Outras Providências. Lei Municipal nº 10.325/2025. - Institui a Política Municipal de Prevenção ao abandono e evasão escolar, e dá outras providências	285

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.



AMOSTRA

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► **Características dos Textos Verbais:**

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► **Características dos Textos Não-Verbais:**

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.



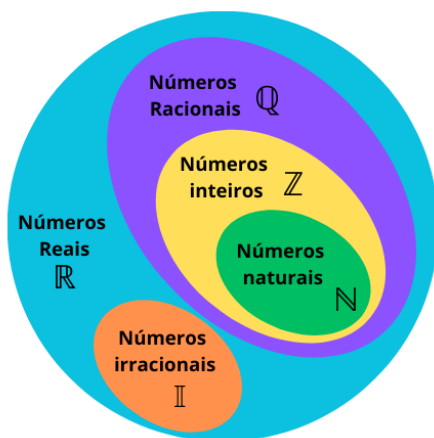
RACIOCÍNIO LÓGICO / MATEMÁTICA

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE RACIOCÍNIO MATEMÁTICO: OPERAÇÕES ENTRE NÚMEROS REAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS ($\mathbb{R}$)

O conjunto dos números reais, representado por $\mathbb{R}$, é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

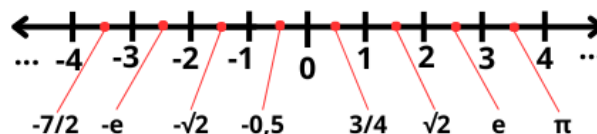
- $\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$: conjunto dos números reais não-nulos.
- $\mathbb{R}^+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$: conjunto dos números reais não-negativos.
- $\mathbb{R}^{*+} = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$: conjunto dos números reais positivos.
- $\mathbb{R}^- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$: conjunto dos números reais não-positivos.
- $\mathbb{R}^{*-} = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$: conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

► Representação na reta

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b ,

$$a \leq b \Leftrightarrow b - a \geq 0$$



► Operações com Números Relativos

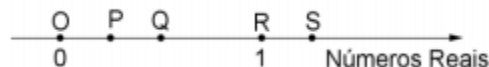
Adição e Subtração

- Quando os numerais possuem o mesmo sinal, adicione os valores absolutos e conserve o sinal.
- Se os numerais têm sinais diferentes, subtraia o numeral de menor valor e atribua o sinal do numeral de maior valor.

Multiplicação e Divisão

- Se dois números relativos têm o mesmo sinal, o produto e o quociente são sempre positivos.
- Se os números relativos têm sinais diferentes, o produto e o quociente são sempre negativos.

Exemplo 1: Na figura abaixo, o ponto que melhor representa a diferença $\frac{3}{4} - \frac{1}{2}$ na reta dos números reais é:



- (A) P.
(B) Q.
(C) R.
(D) S.

Resolução:

$$\frac{3}{4} - \frac{1}{2} = \frac{3-2}{4} = \frac{1}{4} = 0,25$$

Resposta: A.

Exemplo 2: Considere m um número real menor que 20 e avalie as afirmações I, II e III:

AMOSTRA

I- $(20 - m)$ é um número menor que 20.

II- $(20 m)$ é um número maior que 20.

III- $(20 m)$ é um número menor que 20.

É correto afirmar que:

A) I, II e III são verdadeiras.

B) apenas I e II são verdadeiras.

C) I, II e III são falsas.

D) apenas II e III são falsas.

Resolução:

I. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

II. Falso, pois m é Real e pode ser negativo.

III. Falso, pois m é Real e pode ser positivo.

Resposta: C.

► Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números a e b , com $a < b$, temos os seguintes intervalos:

▪ **Bolinha aberta:** representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos: $>$; $<$ ou $] ; [$

▪ **Bolinha fechada:** representa o intervalo fechado (incluindo o número), utilizando os símbolos: $\geq$; $\leq$ ou $[;]$

Podemos utilizar $()$ no lugar dos $[]$ para indicar as extremidades abertas dos intervalos:

▪ $[a, b[= (a, b)$;

▪ $]a, b] = (a, b)$;

▪ $]a, b[= (a, b)$.

Representação na reta real	Sentença matemática	Notações simbólicas	
Intervalo aberto: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x < b\}$	$]a, b[$	(a, b)
Intervalo fechado: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x \leq b\}$	$[a, b]$	$[a, b]$
Intervalo semi-aberto à direita: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a \leq x < b\}$	$[a, b[$	$[a, b)$
Intervalo semi-aberto à esquerda: 	$\{x \in \mathbb{R} \mid a < x \leq b\}$	$]a, b]$	$(a, b]$

▪ Em algumas situações, é necessário registrar numericamente variações de valores em sentidos opostos, ou seja, maiores ou acima de zero (positivos), como as medidas de temperatura ou valores em débito ou em haver, etc. Esses números, que se estendem indefinidamente tanto para o lado direito (positivos) quanto para o lado esquerdo (negativos), são chamados números relativos.

▪ O valor absoluto de um número relativo é o valor numérico desse número sem levar em consideração o sinal.

▪ O valor simétrico de um número é o mesmo numeral, diferindo apenas no sinal.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

AVALIAÇÃO ESCOLAR E TIPOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação educacional é um processo sistemático e contínuo de coleta, análise e interpretação de informações sobre o desempenho dos alunos, das instituições e dos sistemas de ensino. Seu objetivo é fornecer subsídios para a tomada de decisões pedagógicas, administrativas e políticas, visando à melhoria da qualidade da educação.

Ela transcende a simples verificação de conteúdos assimilados, buscando compreender o desenvolvimento integral do estudante, o impacto das práticas pedagógicas e a efetividade das políticas educacionais. Portanto, a avaliação educacional envolve múltiplas dimensões — cognitiva, afetiva e social —, além de abarcar diferentes níveis: sala de aula, escola e sistema.

Avaliação como parte do processo educativo:

A avaliação educacional está intrinsecamente ligada ao processo de ensino-aprendizagem. É por meio dela que se identifica o grau de domínio dos objetivos propostos, as dificuldades dos estudantes e a eficácia das estratégias adotadas pelo professor. Nesse sentido, ela se configura como um instrumento de regulação do processo educativo.

Ela deve, portanto, ser contínua e formativa, permitindo ajustes ao longo do percurso educacional. A prática avaliativa deve ser orientada por princípios de equidade, justiça e inclusão, evitando qualquer tipo de viés discriminatório.

Avaliação diagnóstica, formativa e somativa:

Três grandes funções da avaliação são tradicionalmente reconhecidas no campo educacional:

- **Avaliação diagnóstica:** realizada antes ou no início de um processo de ensino, identifica os conhecimentos prévios dos alunos e possíveis lacunas de aprendizagem. Serve de base para o planejamento pedagógico.
- **Avaliação formativa:** ocorre de forma processual e contínua. Tem como foco o acompanhamento da aprendizagem, possibilitando intervenções pedagógicas imediatas. É uma avaliação voltada para a aprendizagem, e não apenas sobre a aprendizagem.
- **Avaliação somativa:** geralmente realizada ao final de uma etapa (bimestre, semestre, ano), visa aferir os resultados obtidos e comparar com os objetivos previamente estabelecidos. É útil para certificar aprendizagens e promover alunos.

Avaliação institucional e sistêmica:

Além da avaliação em sala de aula, a avaliação educacional compreende também:

- **Avaliação institucional:** voltada à análise do funcionamento das escolas, de seus projetos pedagógicos, da gestão escolar e do clima organizacional. Pode ser interna (autoavaliação) ou externa (realizada por órgãos da administração pública ou entidades independentes).

- **Avaliação sistêmica:** envolve a análise do desempenho de redes de ensino (municipais, estaduais ou federal) por meio de testes padronizados aplicados em larga escala. Exemplo disso são as avaliações promovidas pelo INEP (como o SAEB) ou pelas secretarias estaduais (como o SARESP, em São Paulo).

Bases legais da avaliação educacional:

A avaliação é respaldada por marcos legais, como:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que em seu art. 24, inciso V, prevê a verificação do rendimento escolar por meio de avaliação contínua e cumulativa.
- Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação de qualidade e a obrigatoriedade do Estado de garantir a efetividade desse direito.
- Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014), que estabelece metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação com base em indicadores avaliativos.

Perspectivas contemporâneas da avaliação:

Atualmente, a avaliação é compreendida não apenas como mecanismo de controle, mas como instrumento de transformação educacional. A valorização da avaliação formativa e participativa, o uso de tecnologias educacionais e a análise contextualizada dos resultados têm sido destacados como caminhos para tornar a avaliação mais democrática e eficaz.

Assim, a avaliação educacional deve ser entendida como uma prática crítica, reflexiva e comprometida com a aprendizagem de todos, servindo de suporte para decisões que garantam a equidade e a justiça social no processo educativo.

FINALIDADES DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA REDE ESTADUAL

A avaliação educacional na rede estadual de ensino possui finalidades amplas e interligadas que visam à melhoria contínua da qualidade da educação pública. Ela cumpre funções diagnósticas, reguladoras, formativas, certificadoras e de prestação de contas, integrando-se ao planejamento pedagógico e à gestão educacional.

AMOSTRA

► **Diagnóstico das aprendizagens e das condições de ensino**

Uma das principais finalidades da avaliação é diagnosticar a situação da aprendizagem dos estudantes, identificando avanços, dificuldades e lacunas em relação aos objetivos propostos nos currículos estaduais. Com isso, torna-se possível planejar ações pedagógicas mais adequadas e efetivas.

Além disso, a avaliação também possibilita analisar as condições de ensino oferecidas pela escola, tais como a formação dos professores, os recursos didáticos disponíveis, o ambiente escolar e a gestão pedagógica. Esse diagnóstico ampliado orienta intervenções estratégicas para garantir a equidade educacional.

► **Regulação e reorientação de políticas públicas**

No plano da gestão educacional, a avaliação cumpre a função de regular e reorientar políticas públicas, fornecendo evidências para a formulação, revisão e implementação de programas e ações voltadas à melhoria da aprendizagem. Ela subsidia a tomada de decisão em todos os níveis da administração: desde a Secretaria Estadual de Educação até a gestão escolar.

▪ **Exemplo prático:** ao constatar baixos desempenhos em determinada área do conhecimento, a Secretaria pode desenvolver programas de formação continuada específicos para os docentes da rede ou redimensionar o tempo dedicado àquele componente curricular.

► **Promoção da qualidade e equidade**

A avaliação também tem como finalidade assegurar a qualidade da educação pública e a redução das desigualdades educacionais. Ao revelar diferenças de desempenho entre escolas, regiões ou grupos sociais, ela permite o desenvolvimento de políticas focalizadas, voltadas à superação de disparidades históricas no acesso e no sucesso escolar.

No contexto da rede estadual, essa finalidade se alinha aos princípios constitucionais de igualdade e justiça social, sendo instrumentalizada por mecanismos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e avaliações estaduais padronizadas.

► **Transparência e prestação de contas**

A avaliação educacional também cumpre um papel de transparência pública e accountability (prestação de contas). A divulgação dos resultados obtidos nas avaliações permite que a sociedade acompanhe o desempenho do sistema estadual de ensino, das escolas e da própria gestão pública.

Essa prática fortalece a democracia e incentiva a participação social, ao mesmo tempo em que exige responsabilidade dos gestores quanto ao uso dos recursos e aos resultados obtidos.

► **Certificação e promoção**

Em nível individual, a avaliação serve ainda à certificação de aprendizagens e à promoção dos estudantes, especialmente por meio da avaliação somativa realizada no interior das escolas. Conforme estabelece a Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 24, inciso V, a verificação do rendimento escolar deve ser feita mediante avaliação contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos.

Assim, a avaliação garante a progressão dos alunos ao longo das etapas da educação básica, respeitando seus direitos de aprendizagem definidos nos currículos e nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

► **Planejamento pedagógico e institucional**

A avaliação ainda é um importante instrumento de planejamento pedagógico, pois oferece aos professores e gestores escolares informações objetivas sobre os resultados das práticas educativas. A partir da análise dos dados obtidos, é possível ajustar metodologias, reorganizar conteúdos, rever o tempo pedagógico e propor intervenções específicas.

No caso das escolas da rede estadual, muitas utilizam os resultados das avaliações externas (como o SARESP ou avaliações diagnósticas internas) para elaborar seus Planos de Ação, definindo metas e estratégias baseadas em evidências.

► **Formação continuada de professores**

Por fim, uma finalidade estratégica da avaliação é subsidiar a formação continuada dos profissionais da educação. Ao identificar áreas de maior fragilidade no desempenho dos estudantes, as Secretarias de Educação podem estruturar ações formativas voltadas à atualização docente, ao desenvolvimento de competências pedagógicas e ao uso de práticas baseadas em evidências.

A avaliação educacional na rede estadual, portanto, vai muito além da simples mensuração de resultados: ela é parte central de um sistema articulado de garantia do direito à educação de qualidade para todos.

TIPOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS NA REDE ESTADUAL

A rede estadual de ensino adota uma variedade de tipos de avaliação que, integrados, contribuem para a promoção da qualidade educacional, o acompanhamento das aprendizagens e a gestão pedagógica eficaz. Esses tipos incluem avaliações internas (realizadas pelas escolas) e avaliações externas (organizadas pelos órgãos centrais), com objetivos complementares e metodologias distintas.

► **Avaliação interna: no contexto da escola**

A avaliação interna é aquela planejada e executada no âmbito da escola, como parte do processo pedagógico. Ela contempla diferentes formatos, instrumentos e momentos da prática docente, assumindo três funções principais:

Avaliação diagnóstica

Realizada no início do ano letivo ou de uma nova unidade de conteúdo, tem como finalidade identificar o nível de conhecimento prévio dos estudantes e orientar o planejamento do professor. Na rede estadual, é comum que essa avaliação ocorra nos primeiros dias do calendário escolar.

Avaliação formativa:

Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem. Visa monitorar continuamente o progresso dos estudantes, permitindo a identificação precoce de dificuldades e a realização de intervenções pedagógicas. Pode envolver atividades como observações, trabalhos, autoavaliações e devolutivas frequentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

O pensamento geográfico é o conjunto de ideias, conceitos e teorias que explicam a relação entre o ser humano e o espaço geográfico ao longo da história. Ele se desenvolve a partir da necessidade de compreender o mundo, organizar o território e interpretar as transformações da paisagem provocadas tanto pela natureza quanto pelas ações humanas. Ao estudar o pensamento geográfico, é possível entender como a Geografia evoluiu como ciência, acompanhando as mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas das diferentes épocas.

A Geografia, enquanto saber, existe desde as primeiras civilizações, quando os povos antigos já observavam e representavam o espaço ao seu redor por meio de mapas rudimentares, narrativas de viagens e conhecimentos empíricos sobre os ambientes em que viviam. No entanto, a consolidação da Geografia como ciência ocorre de forma mais clara a partir do século XIX, com o surgimento de escolas de pensamento, correntes teóricas e metodologias próprias.

Cada momento histórico influenciou a forma como a Geografia era pensada e praticada. Na Antiguidade, predominava uma visão descritiva e filosófica do espaço. Na Idade Média, a influência religiosa moldou a percepção do mundo. Com o Renascimento, houve uma retomada do interesse pela observação e representação do espaço. No século XIX, a Geografia se formaliza como ciência, e, a partir do século XX, diversifica-se em várias vertentes, como a Geografia Crítica, a Geografia Humanista, a Geografia Cultural e outras abordagens contemporâneas.

Compreender a história do pensamento geográfico permite ao estudante perceber que a Geografia não é uma ciência neutra ou fixa, mas sim dinâmica, plural e profundamente relacionada com os contextos históricos em que se desenvolve. Isso é essencial para uma leitura crítica da realidade, pois revela como os conceitos e os instrumentos geográficos foram (e são) construídos para interpretar e transformar o mundo em que vivemos.

As Origens da Geografia

A origem da Geografia está ligada ao desejo humano de conhecer e representar o espaço em que vive. Desde as civilizações mais antigas, o ser humano buscou compreender o ambiente ao seu redor, localizar-se, explorar novos territórios e organizar o espaço. Esses conhecimentos iniciais, mesmo antes da Geografia se constituir como uma ciência, já demonstravam uma preocupação com o estudo do espaço e das relações entre os elementos da natureza e a ação humana.

Geografia na Antiguidade (Grécia e Roma)

Na Grécia Antiga, a Geografia começa a tomar forma como um saber filosófico e empírico. Os gregos foram pioneiros na observação sistemática do espaço e na produção de mapas. Hecateu de Mileto (c. 550–476 a.C.) foi um dos primeiros a organizar um conhecimento geográfico baseado em relatos de viagens. Já Heródoto (c. 484–425 a.C.) é considerado o “pai da História”, mas também contribuiu para a Geografia com descrições detalhadas de povos e territórios.

Um dos marcos fundamentais foi a obra de Eratóstenes (c. 276–194 a.C.), que calculou, com notável precisão para a época, a circunferência da Terra. Ele também foi o primeiro a usar o termo “geografia” (do grego geo = Terra, e graphen = descrição). Outro destaque foi Ptolomeu (c. 100–170 d.C.), que desenvolveu um sistema de coordenadas geográficas e escreveu a obra *Geographia*, influente por séculos.

No Império Romano, a Geografia manteve seu caráter descritivo e prático, voltado especialmente para fins militares e administrativos. Os romanos valorizavam mapas e descrições de rotas, territórios e povos conquistados, mas não avançaram tanto no campo teórico quanto os gregos.

Geografia na Idade Média

Durante a Idade Média, especialmente na Europa, o conhecimento geográfico passou a ser influenciado pela visão religiosa cristã. O espaço era interpretado a partir de concepções teológicas, muitas vezes simbólicas. Mapas como os *mappaemundi* representavam o mundo com base na fé, e não em observações empíricas. Jerusalém era colocada no centro do mundo, e as representações eram limitadas à porção conhecida da Europa, Ásia e África.

Apesar disso, em outras partes do mundo, especialmente no mundo islâmico e na China, o saber geográfico avançou consideravelmente. Geógrafos árabes, como Al-Idrisi (século XII), produziram mapas detalhados e descreveram rotas comerciais com precisão. Esses conhecimentos foram essenciais para a retomada do estudo do espaço na Europa, mais tarde.

Renascimento e Redescoberta do Espaço

Com o Renascimento (séculos XV e XVI), há uma valorização da ciência, da observação e da razão. As grandes navegações impulsionam o interesse pelo conhecimento do mundo. A ampliação do espaço conhecido pelos europeus leva à produção de novos mapas, atlas e descrições de territórios antes desconhecidos.

O desenvolvimento da cartografia e da astronomia contribuiu para um novo olhar sobre o planeta. A Geografia se torna mais técnica, com o uso de instrumentos como a bússola, o astrolábio e, posteriormente, o telescópio. As viagens de exploração geram uma vasta quantidade de dados sobre o mundo, consolidando a Geografia como um saber indispensável para a expansão territorial e econômica das potências europeias.



AMOSTRA

Geografia Moderna e o Positivismo

O século XIX marca o surgimento da Geografia como ciência formal, com métodos próprios, conceitos sistematizados e objetivos claros de estudo. Esse período é profundamente influenciado pelo positivismo, corrente filosófica que valorizava a observação empírica, a objetividade e o método científico. A Geografia moderna passa a buscar explicações racionais e generalizações sobre os fenômenos da superfície terrestre, seguindo o modelo das ciências naturais.

Essa nova fase da Geografia é caracterizada pelo surgimento de escolas de pensamento e pela institucionalização da disciplina em universidades europeias. Três figuras fundamentais se destacam nesse contexto: Alexander von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel. Todos eles tiveram papel central na construção da Geografia como ciência e influenciaram gerações de geógrafos.

Alexander von Humboldt (1769–1859)

Humboldt é considerado o pai da Geografia moderna. Naturalista e explorador alemão, ele realizou longas expedições pela América Latina e pela Ásia, coletando dados sobre clima, relevo, vegetação e dinâmica dos ecossistemas. Humboldt foi pioneiro ao integrar os elementos naturais em uma análise sistêmica, propondo que a natureza deveria ser estudada em sua totalidade e em suas inter-relações. Ele também valorizava a observação direta e o uso de instrumentos científicos, abrindo caminho para uma Geografia baseada na análise empírica dos fenômenos.

Carl Ritter (1779–1859)

Contemporâneo de Humboldt, Ritter também contribuiu para a consolidação da Geografia como ciência. Seu foco estava na relação entre o meio natural e o ser humano. Ritter acreditava que o ambiente influenciava o comportamento e a organização das sociedades, mas sem determinar totalmente suas ações. Sua abordagem valorizava a descrição sistemática dos lugares e buscava compreender os aspectos culturais, sociais e históricos dos povos em relação ao espaço em que viviam.

Friedrich Ratzel (1844–1904) e o Determinismo Geográfico

A partir dos estudos de Ritter, Friedrich Ratzel desenvolveu a teoria do determinismo geográfico, que defende que o meio natural determina de forma direta e inevitável o comportamento humano e o desenvolvimento das sociedades. Para Ratzel, os fatores geográficos – como o clima, o relevo, a vegetação e os recursos naturais – condicionavam o grau de desenvolvimento das civilizações. Essa visão, embora influente, acabou sendo criticada por simplificar as complexas relações entre sociedade e natureza.

O determinismo geográfico foi utilizado, inclusive, como justificativa para políticas imperialistas e coloniais no século XIX, ao afirmar que certas regiões e povos eram “naturalmente” mais aptos ao progresso do que outros. Apesar disso, Ratzel contribuiu significativamente para a institucionalização da Geografia, introduzindo conceitos como espaço vital e valorizando o estudo da distribuição espacial dos fenômenos.

Paul Vidal de la Blache (1845–1918) e o Possibilismo Geográfico

Em oposição ao determinismo de Ratzel, o geógrafo francês Paul Vidal de la Blache propôs o possibilismo geográfico, uma corrente que reconhece a influência do meio natural, mas defende que os seres humanos possuem liberdade e criatividade para agir sobre o espaço. Segundo o possibilismo, o ambiente oferece possibilidades, e as sociedades escolhem, de acordo com sua cultura, necessidades e tecnologias, como utilizá-las.

Vidal de la Blache desenvolveu o conceito de região como unidade de análise geográfica e valorizou o estudo das paisagens e das práticas humanas. Sua abordagem, centrada na descrição dos quadros naturais e das atividades humanas, teve grande influência na Geografia tradicional e regionalista do século XX.

Geografia Tradicional e Regionalista

A Geografia tradicional, também conhecida como Geografia clássica, consolidou-se entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, sendo profundamente marcada pelas influências do positivismo e das escolas de pensamento desenvolvidas por Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal de la Blache. Essa fase da Geografia caracteriza-se por uma forte ênfase na descrição detalhada do espaço, especialmente das paisagens naturais e humanas, com foco na análise regional.

A Geografia como Ciência Descritiva e Regional

A Geografia tradicional buscava descrever e classificar as diferentes partes da superfície terrestre. O principal método utilizado era o regional, que consistia em dividir o espaço geográfico em porções chamadas de regiões e estudá-las individualmente, considerando seus aspectos físicos (relevo, clima, vegetação, hidrografia) e humanos (população, economia, cultura, política). Essa abordagem tinha o objetivo de apresentar um retrato completo de cada região.

A preocupação central da Geografia regionalista era organizar o conhecimento geográfico de forma sistemática, produzindo descrições minuciosas dos lugares e classificando-os em tipos geográficos. Essa prática era muito comum em manuais escolares e em estudos utilizados por governos para fins administrativos, coloniais e de planejamento.

Características da Geografia Tradicional

- Descritiva: prioriza a coleta de informações e a descrição minuciosa dos elementos da natureza e da sociedade em diferentes regiões.
- Corográfica: centrada no estudo de regiões específicas, procurando identificar suas características únicas.
- Empírica: baseia-se em dados coletados por observação direta, expedições, levantamentos e mapas.
- Estática: tende a apresentar o espaço como algo fixo, com pouca atenção às transformações históricas e dinâmicas sociais.
- Separação entre natureza e sociedade: os aspectos físicos e humanos do espaço eram estudados separadamente, sem uma análise profunda das interações entre eles.